



GT 70. Processos identitários coletivos e lutas territoriais

Coordenador(es):

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Claudia Mura (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O objetivo do presente GT é buscar agregar reflexões empíricas sobre os processos identitários coletivos que têm nas lutas territoriais um elemento-chave. O intento é, precipuamente, impulsionar reflexões sobre quais fatores dão vida a processos de luta, em situações históricas e configurações específicas. Parte-se da hipótese de que a articulação e a consolidação de coletivos têm sua base no parentesco e em alianças políticas, bem como em experiências vividas e desenvolvidas localmente, ao longo do tempo, considerando-se, por exemplo, aspectos econômicos, ambientais, cosmológicos e rituais, a partir de configurações de poder específicas. Compreende-se, portanto, a relevância e pertinência, por exemplo, dos conceitos de conhecimento tradicional local, formulado por Ingold e Kurttila, e de morfologia social, elaborado por Mauss, sem deixar de atentar que estes desconsideram configurações diferenciadas de poder ao longo do tempo, bem como processos de constrição territorial, aspectos que vieram a ser ressaltados pelos conceitos de situação histórica e processos de territorialização, cunhados por Pacheco de Oliveira. O desafio, de fato, é analisar como, caso a caso, constrições territoriais impostas pelo Estado e por agentes privados são administradas, com base em modos de vida desenhados (sempre dinamicamente) por grupos domésticos e comunidades políticas locais, antes que necessariamente por grupos étnicos pré-definidos como tais.

Do deslocamento forçado ao Território Ribeirinho: o direito ao retorno ao rio Xingu

Autoria: Ana Alves De Francesco (Unicamp)

Em meados de 2015 os moradores das ilhas e margens do rio Xingu foram expulsos de seu território para dar lugar ao reservatório principal da usina hidrelétrica de Belo Monte. As casas foram demolidas, a vegetação cortada, as ilhas alagadas. O deslocamento forçado provocou dispersão social, ruptura econômica e violação de direitos que, associados às transformações ecológicas e espaciais, resultou na perda dos territórios tradicionalmente ocupados e na interrupção do fluxo normal da vida. Minha proposta é discutir como, neste contexto, os ribeirinhos acionaram as redes sociais preexistentes e colocaram em movimento uma estratégia de resgate e fortalecimento de sua memória e identidade coletivas que serviram de alicerce para a constituição de um Conselho Ribeirinho, cujo principal objetivo é garantir os direitos territoriais das famílias deslocadas. Descrevo as estratégias de resistência colocadas em prática pelo Conselho Ribeirinho, sobretudo o reconhecimento social das famílias e a construção de uma proposta de reparação que garantisse seu retorno para as margens do Xingu e a continuidade de seu modo de vida. Procuro refletir como os dispositivos do deslocamento anteriormente usados pelo estado e o setor privado, como reuniões, listas e mapas, foram incorporados e subvertidos em tecnologias políticas de resistência que se mostraram eficazes para o fortalecimento de uma organização social que resultou, no âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, na inclusão do Território Ribeirinho, como condição legal para o funcionamento da usina.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: